

O que há de novo no Movimento Estudantil Chileno¹

Alexis Cortés Morales*



“Me gustan los estudiantes porque son la levadura del pan que saldrá del horno con toda su sabrosura”
Violeta Parra.

Arquivo



O movimento estudantil chileno que há quase meio ano está mobilizado demandando educação pública gratuita para o país andino, tem chamado a atenção de amplos setores no mundo todo. Vários elementos como a criatividade de suas formas de protesto, a massividade de suas manifestações e a solidez de suas demandas estão levando a que este movimento seja inspiração de outras mobilizações (Colômbia, França) e foco de interesse por compreendê-lo nos meios acadêmicos. Efetivamente, a mobilização dos estudantes chilenos oferece uma experiência generosa para pensar algumas das principais categorias que vêm sendo usadas para analisar a ação coletiva.

A sociologia dos movimentos sociais, por exemplo, tem mostrado um constante fascínio pelo uso da categoria “novo” para explicar a ação coletiva dos setores sociais subalternos. Particularmente desde Alain Touraine (1994), a cada momento

aparecem analistas anunciando uma nova forma de ação social totalmente inovadora dada pela irrupção ou renascimento de alguma luta social que toma conta da agenda pública.

Embora, no caso do movimento estudantil chileno, a maior parte dos analistas se mostre otimista para qualificar a importância histórica deste movimento, em geral, eles não têm caído na tendência de empregar o adjetivo “novo” como categoria analítica central de suas teorias. Contudo, em certos espaços acadêmicos, alguns autores vêm sendo seduzidos por esta via explicativa para dar conta do agitado ambiente que se vive no Chile com as mobilizações dos estudantes.

Sem ir muito longe, no passado encontro da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) em Recife, a destacada pesquisadora brasileira Céli Jardim Pinto, numa das mesas redondas dedicadas aos Movimentos Sociais, analisou o mo-

vimento estudantil chileno e o movimento dos indignados da Espanha, tentando compreender o que há de novo nestes movimentos para o estudo da ação coletiva. Entre outras coisas, destacou sua expressividade na ágora (ruas e praças), a utilização de novas tecnologias como formas de organização e a resposta repressiva por parte dos Estados ante suas diversas manifestações.

Agora, por que perguntar apenas pela novidade do movimento e não fazer o mesmo exercício em relação a suas permanências? Se revisarmos a história dos movimentos sociais chilenos, veremos que existe uma longa trajetória de ocupação dos espaços públicos como forma de contestação política, manifestação que não se interrompeu durante a Ditadura Militar. Nesse sentido, paradoxalmente a novidade do movimento estudantil chileno seria a retomada de uma tradição de mobilização social que, no passado, alcançou altos níveis de massividade. O que o historiador chileno Sergio Grez expressou da seguinte maneira:

“El año 2011 quedará inscrito en la historia de Chile como el de un nuevo despertar de los movimientos sociales después de más de dos décadas de aletargamiento debido a la combinación de la acción “natural” del modelo

econômico neoliberal, del recuerdo del régimen de terror de la dictadura, de las trabas y cortapisas legales e institucionales para la expresión de las demandas sociales, de la virtual dictadura mediática impuesta por un puñado de grupos económicos y de poder, además del control y cooptación de estos movimientos ejercidos durante largo tiempo por los gobiernos de la Concertación y sus partidos.” (GREZ, 2011).

Porém, parece claro que o que tem de diferente o movimento pela educação pública atual é a magnitude. Não se registravam passeatas tão massivas nesse país desde o governo de Salvador Allende (1970-73). É precisamente a massividade o que está permitindo dar visibilidade a uma série de dispositivos repressivos que, embora venham se mostrando mais exacerbados no governo de Sebastián Piñera, não são alheios às práticas dos governos anteriores frente aos movimentos sociais. Basta lembrar que a Lei de Segurança Interior do Estado - criada na Ditadura, mas com antecedentes prévios - foi aplicada pelos diferentes governos da *Concertación de Partidos por la Democracia* - coligação de centro-esquerda que governou o Chile desde 1989 até 2009 - contra dirigentes de grêmios (transporte), sindicalistas (mineração), e, sobretudo, contra o povo *mapuche* (CORTÉS, 2011).

Da mesma maneira, se aplicarmos o critério da permanência, também observaremos que durante os 20 anos de governo da Concertación, o movimento estudantil secundarista e universitário se mobilizou permanentemente (com altos e baixos) e, ao longo da sua história, mostrou-se como um ator relevante no espaço público chileno.

Apesar da condição de “estudante” ser de caráter transitório, o que poderia outorgar ao movimento estudantil uma propensão à descontinuidade, resulta inegável que nas duas últimas décadas vem se produzindo

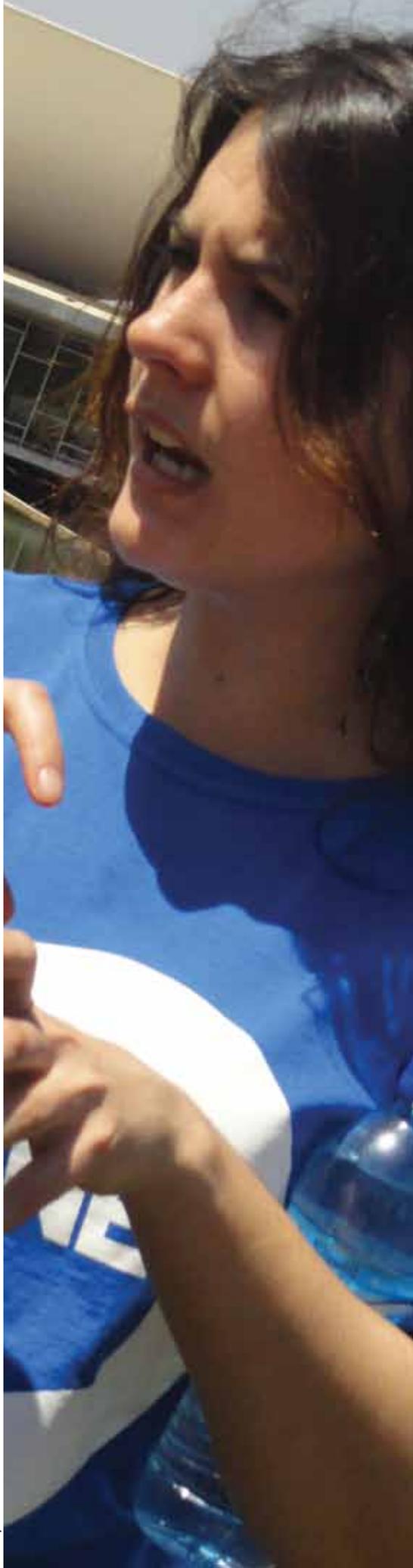
um processo de aprendizagem dentro do próprio movimento estudantil, no qual vem se acumulando experiências, tem se testado repertórios de ação coletiva e tem se consolidado e refinado discursos e demandas. Precisamente, destacando a capacidade do próprio movimento para lidar com a história e com a renovação permanente de seus integrantes, o ex-presidente da Federação de Estudantes da PUC-Chile (FEUC) no ano 1998, Álvaro Ramis, assinalou:

“Para el movimiento estudiantil mantener el recuerdo es difícil por su constante renovación de cuadros y dirigentes. Esta característica, que le aporta una clara vitalidad democrática, puede ser también un problema si se deja de tener en cuenta que las transformaciones que se promueven hoy ya han sido pensadas y discutidas bajo otros contextos por las generaciones anteriores. Recuperar y dar continuidad a esta memoria permite destacar a un movimiento que ha sido central en nuestra historia reciente.” (RAMIS, 2011)

Serão as tentativas de resistência à Reforma Educacional de Pinochet e à municipalização da Educação Pública as que marcarão a relevância histórica do movimento

Em particular, desde a fundação da *Federación de Estudiantes de Chile* (FECH) em 1906, o Movimento Estudantil Universitário cumpriu um importante papel na política chilena, sendo um foco de resistência às ditaduras de Carlos Ibáñez (1927-31) e de Augusto Pinochet (1973-1989). Da mesma maneira, o movimento contribuiu enormemente à modernização das instituições universitárias mediante a promoção da Reforma Universitária de 1967.

Por sua vez, embora o movimento dos estudantes secundaristas





não tivesse o mesmo protagonismo que o universitário durante a primeira metade do século XX, a atenção nacional que concentrou a disputada eleição da *Federación de Estudiantes Secundarios de Santiago* (FESES) em 1973 entre a esquerda e a direita mostrou a importância que este setor tinha já no governo Allende (1970-73). Porém, serão as tentativas de resistência à Reforma Educacional de Pinochet² e à municipalização da Educação Pública as que marcarão a relevância histórica do movimento, pois apesar dele ter sido derrotado, as massivas mobilizações que organizaram em plena Ditadura foram fundamentais para erodir o regime autoritário.

Iniciado o processo de transição democrática no começo dos anos 90, as mobilizações universitárias contra o processo de mercantilização da educação pública no final dessa década pareceram romper com o imobilismo

social ao qual a sociedade parecia condenada. Porém, nenhuma dessas mobilizações chegou às cifras atuais de participantes, embora contribuíssem para forjar uma crítica articulada ao sistema educacional chileno.

Será o início de um ciclo de mobilizações animado pelos estudantes secundaristas o que marcará uma nova etapa no movimento estudantil chileno, ciclo que, com justeza, pode ser considerado como antecedente direto do atual movimento. O ano de 2001 foi conhecido como o do “*mochilazo*”, pois marcou a primeira grande irrupção dos estudantes secundaristas na esfera pública, já que as mobilizações lideradas pela *Asamblea Coordinadora de Estudiantes Secundario* (ACES) tomaram a agenda social nesse momento. No ano de 2006, novamente as mobilizações secundaristas alcançaram notoriedade nacional, desta vez com a *Revolución Pingüina*, em referência

O movimento estudantil chileno de hoje recolhe as demandas e as críticas de ontem. Nesse sentido, mais importante que perguntar pela novidade do movimento parecer ser se interrogar pela transcendência que o mesmo tem

ao uniforme obrigatório que os estudantes devem usar.

A *Revolución Pingüina* gerou uma profunda crise política no recém instalado governo Bachelet, questionando a última lei decretada por Pinochet antes de abandonar o poder e que ainda estava vigente, a Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE), na que se consagrava o papel subsidiário do Estado em matéria educacional, deixando a regulação da educação nas mãos do mercado, por isso os *pingüinos* afir-

mavam “*sólo sé que no LOCE*”². Para o historiador Mario Garcés, o mérito do movimento foi trazer a tona o problema da qualidade da educação chilena, mas como um produto da enorme desigualdade existente no país. Ao mesmo tempo, o autor afirmou que:

“La novedad del movimiento secundario es que instaló la necesidad del cambio no desde el cálculo político, sino desde la experiencia que significa formarse en una mala escuela o en un liceo precarizado, que no proyecta a los estudiantes del pueblo hacia adelante, sino que los condena a futuros trabajadores informales o a ocupar roles subordinados en el sistema económico dominante. La escuela neoliberal pobre no representa más que un espacio de sociabilidad para los jóvenes, un trabajo proletariado para los profesores, un negocio para los “sostenedores” y una carga difícil de sobrellevar para los municipios.” (GARCÉS, 2006, p. 48)

Muitos dos atuais estudantes mobilizados participaram de alguma maneira na *Revolución Pingüina*, seja nas ruas, seja nas tomadas dos estabelecimentos educacionais, seja nas “paralisações reflexivas” que os secundaristas faziam para articular um discurso crítico desde as bases. Na aquela ocasião, alguns analistas já chamavam a atenção para o emprego de novas tecnologias como ferramentas de apoio de suas mobilizações no movimento.

“Asimismo, constituyen un nuevo referente en cuanto a flujos comunicativos posmodernos, ya que se apoyan en recursos tecnológicos propios de nuevas generaciones: el uso de blogs, fotologs, celulares y mensajes de texto mediante los cuales logran articular acciones a escala regional y nacional, construyendo un discurso instantáneo y poderoso que sobrepasa las dinámicas político-comunicacionales a las que estamos acostumbrados.” (ORTEGA, 2006, p. 22)

Marcha por la educación



tisfazer as demandas dos estudantes: fim ao lucro com a educação, fim a municipalização das escolas e fortalecimento do papel do Estado em matéria educativa. A saída escolhida pelo governo Bachelet nesse momento foi a criação de uma mesa de diálogo, na qual estiveram representados os estudantes, mas que manteve um perfil majoritariamente técnico. A proposta final dessa comissão desconsiderou boa parte da demanda dos estudantes e, embora a LOCE tenha sido finalmente substituída, a estrutura do sistema educativo se manteve quase intacta.

O movimento estudantil chileno de hoje recolhe as demandas e as críticas de ontem. Nesse sentido, mais importante que perguntar pela novidade do movimento parecer ser se interrogar pela transcendência que o mesmo tem. Álvaro Ramis (2011) é um dos autores que destaca ao Movimento Estudantil Chileno como o mais importante da América Latina, não porque os estudantes chilenos tenham mais consciência ou porque sejam mais ativos, mas sim porque em nenhum outro país se experimentou um processo tão dramático de decomposição e mercantilização do seu sistema educacional (no Chile, apenas 25% do sistema é financiado pelo Estado, o restante vem do bolso dos próprios estudantes). Ao questionar o sistema de educação, os estudantes chilenos questionaram o próprio modelo de desenvolvimento do país, pois evidenciaram a enorme desigualdade social da sociedade chilena. Nas palavras de Giorgio Jackson, atual Presidente da FEUC:

“Desde hace más de cinco meses, todas las reivindicaciones sectoriales del movimiento estudiantil se han ido articulando a través de un eje central: la desigualdad que impera en Chile. La desigualdad entendida como una perpetuación de ésta, ha sido el foco que nos permitió hacer emerger el descontento que ha estado latente en amplios sectores de la sociedad y que no



se expresaba en forma abierta, debido a un autocomplaciente discurso de las autoridades de gobierno.” (JACKSON, 2011, p.)

Explicando a diferença entre o movimento estudantil e o dos indignados, Camilla Vallejo, presidenta da Federação de Estudantes da Universidade do Chile (FECH) e principal porta-voz dos estudantes, afirmou numa entrevista a BBC que: *“El movimiento estudiantil chileno no parte de los indignados. No es un movimiento espontáneo, sino un proceso largo basado en un análisis profundo de lo que sucede en Chile, de la injusticia”. Adicionando que “Entendemos la lucha de los indignados, pero en Chile pasamos la etapa del descontento. Ahora, hay que mirar enfrente y construir una alternativa para el país”.*

A crítica estudantil rapidamente passou do estritamente educacional para uma crítica total do modelo chileno. Ao exigir qualidade na educação desvendaram a desigualdade social do país, propuseram também uma reforma estrutural do sistema tributário para financiar a educação pública, assim como a modificação da política nacional em relação às riquezas naturais (cobre) e, ao mesmo, colocarem em xeque a institucionalidade política herdada da época da Ditadura, que vem se mostrando im-

permeável às demandas cidadãs. Para o sociólogo Jaime Massardo essa é a importância desde movimento:

“La nueva generación que protagoniza el movimiento no vivió el miedo a la dictadura y a través de su creatividad, su alegría, su disposición a la horizontalidad y su transparencia representa una nueva forma de praxis en un contexto que, sin la camisa de fuerza y el empantanamiento político propia de los gobiernos de los partidos de la post-dictadura, ha dado forma a una nueva subjetividad que viene creando un proceso que pone en el tapete la necesidad de un nuevo Chile, de una Segunda República donde todos podamos vivir en mejores condiciones, forjando un futuro construido también por todos... El rey está desnudo: la lucha del movimiento estudiantil ha construido una nueva mirada sobre Chile, mostrando que es un país inmensamente rico cuya riqueza es distribuida con extrema desigualdad.” (MASSARDO, 2011)

Como já se afirmou, a crítica histórica e radical da qual o movimento é portador não esteve ausente do movimento estudantil em outros momentos, o que é substantivamente diferente é que, na atualidade, a maior parte dos cidadãos parece concordar com os questionamentos dos estudantes ao estado de coisas no

Chile. Especificamente em relação às demandas do movimento, diferentes pesquisas vêm mostrando um amplo apoio da sociedade chilena aos estudantes (em torno de 80% dos cidadãos). Ao mesmo tempo, o governo do empresário Sebastián Piñera está vendo sua popularidade cair às cifras mais baixas registradas desde o retorno da democracia (entre 22% e um 30%).

A saída da Concertación do governo contribuiu a que suas bases sociais no movimento pela educação pública se incorporassem aos esforços mobilizadores e deixassem de ser um fator de imobilismo ao interior das organizações. Aliás, um elemento diferente de outros ciclos de mobilização é que o atual movimento conta com grau de unidade e simultaneidade de ação dos diferentes atores implicados na educação como nunca antes foi possível: o sindicato dos professores, as organizações secundaristas, as federações universitárias e os centros de país.

Além do mais, a chegada a *La Moneda* (o palácio de governo) de Sebastián Piñera criou um cenário favorável para que as demandas sejam bem recebidas pela sociedade. Tal como explica Giorgio Jackson (2011):

“Durante la Concertación era fácil que los gobernantes y autoridades culpáran al sistema político, a la obstrucción opositora de derecha que no daba los votos para las reformas y usaba ese argumento para descomprimir la presión social, al tiempo que ocultaba su falta de convicción y coraje para impulsar cambios fuera del marco de “la política de los consensos”. Hoy, el gobierno no tiene a quién culpar, porque además concentra todo el poder. Eso permite que la presión social se concentre en un mismo punto: en la desigualdad del sistema. Eso hace que el movimiento sea más ambicioso, menos sectorial y más político, desde el punto de vista de que las demandas se hacen transversales.”

Vale lembrar que a transição democrática chilena reduziu a estreitas margens a expressão de demandas cidadãs e dissensos sociais. A passagem da ditadura militar para a atual democracia foi mediada pela tutela do exército na sua concreção, a figura do ex-ditador, Augusto Pinochet, primeiro como Comandante em Chefe do Exército e posteriormente como Senador Vitalício, marcou o trânsito para um regime político que privilegiou a estabilidade sobre a manifestação livre das aspirações cidadãs que derrotaram eleitoralmente a ditadura no plebiscito de 1988. La *Concertación*, ciente da fragilidade que sustentava a democracia, se resguardou exitosamente no temor do retorno a um passado autoritário, desmobilizando a boa parte dos setores sociais que a levaram ao poder.

Uma vez que a *Concertación* é derrotada e a direita entra, sem bombardeios mediante, a *La Moneda*, paradoxalmente a desmobilização deixa de ser um ato de autocensura por parte dos setores sociais, perdendo sua eficácia discursiva. Neste cenário, a

direita vem se mostrando incapaz de gerar as justificações necessárias para evitar o descontentamento em algumas áreas sensíveis (Educação, Meio Ambiente, Direitos Civis) tome conta das ruas chilenas. Como consequência, vem se produzindo um recrudescimento das práticas repressivas ordenadas pelo executivo: infiltração policial nos protestos para produzir desordens, detenções ilegais de manifestantes, exercício de uma violência desmedida, torturas, restrição do direito de reunião e de livre trânsito na rua, etc. Acontecimentos que vêm sendo denunciados por organizações de direitos humanos a diferentes organismos internacionais como a UNESCO, pelo agravante de ser usadas contra menores de idade. Um fato que exemplifica bem a aposta repressiva do governo foi o anúncio, um dia antes do começo do diálogo com os estudantes (depois de cinco meses de mobilização), de uma lei que tipificava como delito grave a tomada de estabele-

cimentos públicos (incluindo escolas e universidades), o que foi lido por alguns analistas como uma tentativa de criminalizar o direito constitucional ao protesto social (CHIA, 2011), proposta que finalmente contribuiu à quebra do diálogo entre os estudantes e o governo.

Conclusão

Ao questionar a “novidade” como categoria sociológica relevante não se busca negar a criatividade que vem mostrando os estudantes nem de subestimar a importância do mesmo ao fazer tremer a política chilena tão acostumada à imposição de “consensos” sem contrapesos sociais, porque, de fato, estes têm sido extremamente engenhosos e têm dado mostras sólidas de ter capacidade de transformação social. Do que se trata é de compreender que categorias como “novo” e “velho” já não são úteis – se é que alguma vez o foram – para entender a natureza de uma determinada forma de contestação política gerada por um movimento social.

Alguns autores (BRINGEL, 2011) que vêm realizando estudos mais recentes sobre movimentos sociais, têm difundido acertadamente a idéia de que estes movimentos podem ser comparados com um iceberg, já que o que aparece na superfície é apenas uma fração do corpo total, permanecendo a maior parte oculta embaixo d’água. Da mesma maneira, muitas vezes os analistas apenas ficam com a parte visível do movimento que aparece nos momentos de auge da mobilização, mas perdem de vista todo o processo de acumulação prévio que leva à irrupção de uma determinada demanda social.



Os movimentos sociais misturam doses de criatividade com outras tantas de aprendizagem, logo, para compreendê-los, deve-se analisá-los não apenas pelos seus sucessos, como também pelas derrotas; não apenas nos momentos de efervescência mobilizadora, como também nos períodos de recolhimento. Neste sentido, parece que o movimento estudantil ainda tem muito que ensinar à sociedade e aos que a estudam. 📌

NOTAS

- 1 Meus agradecimentos a Magdalena Toledo pelas sugestões de conteúdo e forma, porém qualquer erro é de minha exclusiva responsabilidade.
- 2 A reforma de Pinochet consagrou o Estado Subsidiário em matéria educativa, o que significou a redução do papel do Estado na educação, se desprendendo da responsabilidade de administração das escolas e transferindo-la às municipalidades, ao mesmo tempo, a reforma identificou o processo educativo com a liberdade econômica: para oferta, liberdade de ensino e, para a demanda, o direito de escolher qual educação consumir (Muñoz, 2011).
- 3 “Só sei que não LOCE”, trocadilho da frase de Sócrates que em espanhol é conhecida como “Sólo sé que nada sé”.

* **Alexis Cortés Morales** é sociólogo formado na PUC-Chile, mestre em sociologia pelo IUPERJ e doutorando em sociologia pelo IESP-UERJ. Bolsista CNPq.

REFERÊNCIAS

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Política & Sociedade**, v.10, n.18, p.51-73, 2011.

CORTÉS, Alexis. Los Mapuche y la ampliación de las lógicas represivas. **Red Seca**. 17/05, 2011. Disponível em <http://www.redseca.cl/?p=1903>. Acesso em: 27 out. de 2011.

CHIA, Eduardo. Ley Hinzpeter: la supresión de la protesta social. **Red Seca**. 10/10, 2011. Disponível em <http://www.redseca.cl/?p=2451>. Acesso em: 27 out. de 2011.

GARCÉS, Mario. Los Secundarios en Movimiento: el retorno a la historia social de Chile. In: V. Autores (Ed.). **Me gustan los estudiantes**. Santiago: LOM, 2006. p.45-57.

GREZ, Sergio. Un nuevo amanecer de los movimientos sociales en Chile. **The Clinic**. n. 409, 1/09, 2011.

JACKSON, Giorgio. El movimiento estudiantil y los cambios. **Le Monde Diplomatique** (Chile). n.123, Octubre, 2011.

MASSARDO, Jaime. La significación histórica del movimiento estudiantil. **Rebelión**. 2011. Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=134444>. Acesso em: 27 out. de 2011.

MUÑOZ, Fernando. El trasfondo histórico-conceptual de nuestra educación. **Red Seca**. 12/07, 2011. Disponível em <http://www.redseca.cl/?p=2062>. Acesso em: 27 out. de 2011.

ORTEGA, Juan. Movilizaciones estudiantiles: Lecciones de cívica con uniforme. In: V. Autores (Ed.). **Me gustan los estudiantes**. Santiago: LOM, 2006. p.5-26.

RAMIS, Álvaro. Breve historia del movimiento estudiantil chileno. **Punto Final**. n. 740, 19/08, 2011.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica de la modernidad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

